

Tempos novos e turbulentos: rastros da Bíblia nos primórdios da modernidade europeia

*Pedro Lima Vasconcellos**

Resumo

O que aqui se propõe só pode ser enfrentado parcial e fragmentariamente: vamos a tempos e espaços oportunos para nos perguntarmos a respeito das incidências do texto bíblico para além da época de seu surgimento. Após algumas considerações gerais sobre o conceito de recepção, tomaremos as contribuições de Carlo Ginzburg e Christopher Hill para salientarmos alguns dos meandros mais significativos da história que a Bíblia foi fazendo no Friuli do século XVI e na Inglaterra do XVII.

Palavras-chave: Bíblia; imprensa; recepção; leituras; Menocchio; Inglaterra revolucionária.

Newflanged and turbulent times: traces of the Bible in early modern Europe

Abstract

Our proposal can only be partially and fragmentarily met: we go to convenient times and spaces to question about the biblical writings' incidences beyond the age of its existence. After a few panoramic considerations on the concept of reception, will take the contributions of Carlo Ginzburg and Christopher Hill to emphasize some of the most significant meanders of history produced by the Bible on the sixteenth-century Friuli and seventeenth-century England.

Keywords: Bible; press; reception; readings; Menocchio; revolutionary England.

Tiempos nuevos y turbulentos: rastros de la Biblia en los inicios de la modernidad europea

Resumen

Lo que aquí se propone sólo puede afrontarse de modo parcial y fragmentario: vamos a tiempos y lugares oportunos para preguntarnos sobre las incidencias del texto bíblico

* Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil (2004). Assistente-doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. E-mail: pivascon@uol.com.br.

más allá de la época de su surgimiento. Después de unos aportes sobre el concepto de recepción, recurrimos a Carlo Ginzburg y Christopher Hill para resaltar algunos de los meandros más significativos de la historia que la Biblia fue haciendo en el Friuli del siglo XVI y la Inglaterra del XVII.

Palabras-clave: Bíblia; prensa; recepción; lecturas; Menocchio; Inglaterra revolucionaria.

A empreitada que aqui se propõe só pode ser enfrentada de forma parcial, fragmentária e provisória. Fixamo-nos num tempo particularmente oportuno para nos perguntarmos a respeito das incidências do texto bíblico para além da época de seu surgimento. Tempo em que o texto ganha novos espaços de circulação, graças à forma impressa que se tornara possível com o invento de Gutenberg, com a consequente quebra do monopólio eclesiástico de seu manuseio. Tempo de reformas, em que, ao menos na intenção, se propunha que a Bíblia estivesse acessível a todo fiel; mas tempo, como tantos outros vividos por aquilo que costuma ser denominado Ocidente, em que o enredo bíblico invadia mentes e corações, com ou sem a mediação do texto escrito, por tantos recantos e saliências. Não é só para o século XVII inglês que valem a constatação e a recomendação de Christopher Hill, sobre cuja importante contribuição logo nos deteremos: “não deveríamos pensar na Bíblia apenas como um livro a ser lido, ou sobre o qual ser ouvido. Ela estava em toda parte, na vida dos homens, mulheres e crianças” (HILL, 2003, p. 59). Assim, poderíamos apontar como escopo deste artigo salientar algumas peculiaridades que marcam os modos quinhentista e seiscentista da Bíblia de continuar fazendo sua história numa Europa cristianizada havia tantos séculos, e que vivia turbulências decisivas para sua história e para a história do mundo.

Para tanto seguiremos um roteiro simples, coerente com as pretensões modestas que nos impusemos. Depois de tecermos algumas considerações gerais sobre o conceito de recepção (e outros afins), bem como de algumas perspectivas que ele nos abre, tomaremos as contribuições de dois gigantes da historiografia contemporânea, Carlo Ginzburg¹ e o já mencionado Christopher Hill², para, lançando o olhar sobre elas, salientarmos alguns dos

¹ Carlo Ginzburg é um dos historiadores mais conhecidos da atualidade. Nascido em Turim em 1939, vem destacando-se em explorações brilhantes e metodologicamente inovadoras no âmbito das chamadas mentalidades, história da arte, literatura e história social. Está entre os pioneiros e praticantes da corrente conhecida como “micro-história”. Entre suas obras publicadas em português destacam-se: *Os andarilhos do bem* (1988), *O fio e os rastros* (2007), *História noturna* (1991), *Mitos, emblemas, sinais* (1990), *Nenhuma ilha é uma ilha* (2004), *Olhos de madeira* (2001), *Relações de força* (2002), todos saídos pela Companhia das Letras, além de *O queijo e os vermes*, que abordaremos neste ensaio.

² Christopher Hill foi um dos principais historiadores marxistas de sua geração, e o grande especialista no processo revolucionário inglês do século XVII, cada vez mais preocupado (como se vê em suas obras mais recentes) com as trajetórias da gente comum e anônima

meandros mais significativos da história que a Bíblia foi fazendo no tempo e no espaço acima delimitados: especificamente, o Friuli do século XVI e a Inglaterra do XVII.

Recepção: observações esparsas

A proposta da História Cultural alçou a categoria “apropriação” a um lugar central. Perguntar por ela leva a “uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem”. Cabe atentar “às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção de sentido (na relação de leitura, mas em muitas outras também)” (CHARTIER, 1990, p. 26-27).

O conceito de apropriação aproxima-se bastante de outro, mais utilizado no campo da hermenêutica, o de recepção. Tanto num caso como noutro, fala-se dos variados efeitos que determinada produção cultural ou simbólica é capaz de suscitar nos indivíduos e grupos sociais. Este processo não é mecânico, mas interage com diversos condicionantes. As formas simbólicas

são recebidas por indivíduos que estão situados em contextos sócio-históricos específicos, e as características sociais destes contextos moldam as maneiras pelas quais as formas simbólicas são por eles recebidas, entendidas e valorizadas. O processo de recepção não é um processo passivo de assimilação, ao contrário, é um processo criativo de interpretação e avaliação no qual o significado das formas simbólicas é ativamente constituído e reconstituído. Os indivíduos não absorvem passivamente formas simbólicas mas, ativa e criativamente, *dão-lhes um sentido* e, por isso, produzem um significado no próprio processo de recepção [...] As maneiras pelas quais as formas simbólicas são entendidas e pelas quais são avaliadas e valorizadas podem diferir de um indivíduo para outro, dependendo das posições que eles ocupam em instituições ou campos socialmente estruturados. [...] Ao receber e interpretar formas simbólicas, os indivíduos estão envolvidos em um processo contínuo de constituição e reconstituição do significado, e este processo é, tipicamente, parte do que podemos chamar *reprodução simbólica dos contextos sociais*. (THOMPSON, 2002, p. 201-202)³.

nesse turbulento contexto. Morreu em 2003, aos 91 anos. Em português encontram-se disponíveis algumas de suas principais publicações: *Origens intelectuais da Revolução Inglesa* (São Paulo, Martins Fontes, 1992); *A Revolução Inglesa de 1640* (Lisboa, Presença, 1640); *O eleito de Deus* (São Paulo, Companhia das Letras, 1988); *O século das revoluções: 1603-1714* (São Paulo, Editora da Unesp, 2012) e, em especial, *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640* (3. reimp., São Paulo, Companhia das Letras, 2001) e o trabalho que consideraremos mais detidamente, *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*.

³ Grifos do autor.

Se essas considerações valem para as formas simbólicas em geral, aplicam-se particularmente à apropriação de textos escritos, por leitura ou audição: “pense-se na frequência com que a leitura alterou o curso da história – a leitura de Paulo por Lutero, a leitura de Hegel por Marx, a leitura de Marx por Mao” (DARNTON, 1995, p. 172). As possibilidades são muitas. Por outro lado, saliente-se que os processos de apropriação/recepção não são aleatórios:

Esta lógica da apropriação é frequentemente partilhada por um grupo social, que pode, portanto, ser descrito como uma “comunidade interpretativa”, ou, às vezes, como uma “comunidade textual” na qual um livro é usado como um guia para os pensamentos e ações do grupo. Essas noções de comunidade podem ser enganadoras, mas é igualmente difícil trabalhar sem elas. (BURKE, 1997, p. 14).

Essa interação “livro-leitor/comunidade interpretativa” pode ser avaliada em duas variantes fundamentais, com inúmeros detalhes particulares⁴. Em primeiro lugar, cabe considerar a diversificada recepção de um determinado texto em circunstâncias diversas ou por distintos leitores⁵. A segunda variante diz respeito às múltiplas leituras disponíveis a uma determinada personagem ou em algum contexto específico.

Não há como duvidar que a Bíblia foi o livro que mais interferiu, em suas contínuas leituras e releituras, na constituição do mundo ocidental, embora, a nosso ver, a percepção dessa influência, talvez exatamente por sua pujança e quase onipresença, tenha sido apenas fragmentária. Se Gadamer tem razão ao incluir, como tarefa da hermenêutica, a identificação “do rastro que uma obra deixou atrás de si” (GADAMER, 1997, p. 505), quanto mais esse desafio não se colocará à Bíblia e seus múltiplos rastros!

Curioso é notar como apenas recentemente se tem atentado, no campo dos estudos bíblicos, para o tema da recepção do livro (e/ou seu enredo). Como se sabe, a abordagem científica da Bíblia veio ocorrendo preferencial-

⁴ Os problemas que envolvem o ato de ler e a história da leitura são mais amplos do que aqui apresentamos; para tanto, pode-se ler, de Roger Chartier, “Textos, impressão, leituras”. In: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 211-238).

⁵ Analisando as diversas leituras que *O cortesão* (publicado em 1528) de Castiglione recebeu, Burke constata: “Durante a própria Renascença, esse livro foi lido por razões muito diferentes. Ele foi tratado como guia de conduta na época, não para os valores de uma época passada [...] Os inocentes criticaram-no por ser cínico demais, e os cínicos, por ser inocente demais. Ele tem sido visto como idealista e pragmático, sério e frívolo” (*As fortunas d’O cortesão...*, p. 7).

mente pelo recurso aos chamados “métodos histórico-críticos”, pelos quais se procura entrar no universo histórico, social e cultural em que os textos terão sido gestados. Tal aproximação tem procurado recuperar o que terá sido o sentido original, ou ao menos o pretendido inicialmente, do texto investigado. Empreitada complexa, quiçá impossível de ser realizada, mas de toda forma importante para, no mínimo, salientar a relatividade das interpretações dogmáticas e autoritárias dadas pelos agentes eclesiásticos, mostrando-lhes a ambiguidade e, mais ainda, a arbitrariedade com que muitas leituras de textos bíblicos eram apresentadas como definitivas (cf. GADAMER, 1997, p. 505)⁶. A aplicação de perguntas oriundas da Sociologia, Antropologia e outras ciências humanas só veio aprofundar esse caminho, ao que parece sem volta (cf. THEISSEN, 1987, p. 9-14).

Mas justamente o fato de a exegese histórico-crítica se haver preocupado em recuperar aquele que teria sido o sentido original de determinado texto permitiu que saltassem à vista os diversos sentidos que no decorrer da história lhe terão sido dados (e não só aqueles definidos no âmbito das ortodoxias!). Para além de descartá-los como adulterações artificiais, a questão que se coloca é reconhecer que o texto bíblico sobreviveu e interferiu na cultura, não por conta de seu presumido sentido original, mas pelas inúmeras releituras dele feitas no decorrer dos séculos, obedecendo a interesses e a perspectivas surgidas dos diversos contextos em que se lia o texto, e não daquele que lhe deu origem. O que se segue é apenas ilustração de possibilidades quase infinitas de investigação: algumas linhas em torno da experiência vivida por uma figura quase anônima de fins do século XVI; e outras sobre um cenário mais geral, do século seguinte, em que os sujeitos envolvidos são múltiplos, forjadores de uma teia sociocultural complexa e dinâmica. Em comum a presença marcante da Bíblia a moldar, de forma surpreendente e conflitiva, mentes e corações, entendimentos e decisões.

Itinerários da Bíblia no Friuli quinhentista de gente humilde

Voltar a Ginzburg e a “seu” irreverente Domenico Scandella, o Menocchio, é sempre iluminador e estimulante. A abordagem proposta em *O queijo e os vermes* atende aos interesses de nosso ensaio por diversos caminhos, dos quais tratamos de identificar alguns⁷.

⁶ Para uma história do método histórico-crítico, pode-se ler VOLKMANN, Martin, DOBBERAHN, Friedrich Erich; CÉSAR, Ely Éser Barreto. *Método histórico-crítico*. São Paulo: Cedi, 1992, especialmente as p. 9-75.

⁷ Como se sabe, em *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* (10. Reimpr., São Paulo, Companhia das Letras, 1998) Carlo Ginzburg trata de recuperar a cosmovisão de Menocchio apelando aos autos do processo inquisitorial que, ao cabo de alguns anos, haveria de levá-lo à morte, por volta de 1600.

A rede

Menocchio é alguém de um mundo caracterizado fundamentalmente pela oralidade, em que a escrita terá exercido, até então, um impacto restrito e externo. Essa situação terá sido dramaticamente alterada pelo advento da imprensa. Mas Ginzburg não está preocupado em identificar as transformações que este meio terá produzido na comunicação e apreensão da mensagem que por ele se dissemina com velocidade antes insuspeita (tarefa a que se dedicaram, entre outros, McLuhan e Ong); sua questão, até certo ponto, é inversa: “em que medida a cultura predominantemente oral daqueles leitores [de que Menocchio é viva ilustração] interferia na fruição do texto [escrito], modificando-o, remodelando-o, chegando mesmo a alterar sua natureza?” (GINZBURG, 1998, p. 29). A preocupação de Ginzburg está no que identifica como uma “defasagem” entre os textos que Menocchio leu e “o modo como ele os assimilou e os referiu aos inquisidores” (GINZBURG, 1998, p. 30).

Certamente se devem questionar os motivos que levam Ginzburg a falar de “defasagem” e, mais adiante, de “deformação”. Por ora basta constatar a clareza com que ele identifica seu problema: compreender “como” Menocchio lia os livros que seu tempo, filho da imprensa e da Reforma⁸, lhe disponibilizava. A síntese de Darnton pode aqui servir-nos:

Ao comparar os textos e os comentários, Ginzburg descobriu que Menocchio tinha lido uma grande quantidade de histórias bíblicas, crônicas e livros de viajantes, de gênero existente em muitas bibliotecas nobres. *Menocchio não estava simplesmente recebendo mensagens transmitidas de cima para baixo na ordem social. Ele lia agressivamente, transformando o conteúdo do material à sua disposição numa concepção radicalmente não-cristã do mundo* (DARNTON, 1995, p. 147; grifo nosso).

Nas palavras de Ginzburg,

mais do que o texto, portanto, parece-nos importante a chave de sua leitura, a rede que Menocchio de maneira inconsciente interpunha entre ele e a palavra impressa – um filtro que fazia enfatizar certas passagens enquanto ocultava outras, que exagerava o significado de uma palavra, isolando-a do contexto, que agia sobre a memória de Menocchio deformando a sua leitura. (GINZBURG, 1998, p. 89).

⁸ “A imprensa lhe (a Menocchio) permitiu confrontar os livros com a tradição oral em que havia crescido e lhe forneceu as palavras para organizar o amontoado de ideias e fantasias que nele conviviam. A Reforma lhe deu audácia para comunicar o que pensava ao padre do vilarejo, conterrâneos, inquisidores – mesmo não tendo conseguido dizer tudo diante do papa, dos cardeais e dos príncipes, como queria” (GINZBURG, 1998, p. 33).

Ginzburg expõe as leituras de Menocchio (e os problemas nelas envolvidos) às páginas 70-105 do referido livro. Mas sua inquietação maior refere-se ao lastro cultural (moldado basicamente no âmbito da tradição oral de longuíssima duração), de que Menocchio é herdeiro, capaz de interpor-se à Bíblia (junto com os demais livros) que lhe chegava às mãos, o que o leva a propor que “foi o choque entre a página e a cultura oral, da qual era depositário, que induziu Menocchio a formular [...] as ‘opiniões’ [que] saíram da sua própria cabeça” (GINZBURG, 1998, p. 89). Embora não nos pareça necessário, nem mesmo conveniente, insistir em que “a rede interpretativa era de longe mais importante que a ‘fonte’” (GINZBURG, 1998, p. 101). Até porque, no caso que nos interessa em particular, não se trata de qualquer fonte, e Menocchio sabe disso (e a esse assunto ainda deveremos voltar). E Ginzburg parece estar ainda aferrado a um objetivo e fixo sentido literal de um texto que Menocchio, herdeiro de seu mundo, estaria deformando. Mas é preciso, a essa altura, atender à provocação de Michel de Certeau:

se portanto “o livro é um efeito (uma construção) do leitor”, deve-se considerar a operação deste último como uma espécie de *lectio*, produção própria do “leitor”. Este não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventava nos textos outra coisa que não aquilo que era a intenção deles. Destaca-os de sua origem [...] Combina os seus fragmentos e cria algo não-sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações [...] Longe de serem escritores, fundadores de um lugar próprio, herdeiros dos servos de antigamente mas agora trabalhando no solo da linguagem, cavadores de poços e construtores de casas, os leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram. (CERTEAU, 2001, p. 264-265, 269-270)⁹.

Assim, não cabe falar de “defasagem” ou “deformação” para caracterizar as leituras de Menocchio, ou de qualquer outro, e de seus resultados; afinal de contas, continua Certeau, “um sistema de signos verbais ou icônicos é uma reserva de formas que esperam do leitor o seu sentido” (CERTEAU, 2001, p. 264), a despeito do desespero com que o autor de qualquer um destes sistemas pretenda impor, nelas e por meio delas, significações específicas. Desesperos desse teor terão colocado a Menocchio, pela apropriação

⁹ Citando Michel Charles, Peter Burke afirma: “leitores, ouvintes e observadores são apropriadores e adaptadores ativos, em vez de receptores passivos” (1997, p. 14). E ainda: “o que é recebido é sempre diferente do que foi originalmente transmitido, porque os receptores, de maneira consciente ou inconsciente, interpretam e adaptam as idéias, costumes, imagens e tudo o que lhes é oferecido” (2000, p. 248-249).

que faz da Bíblia, e pelo modo como a realiza, em rota de colisão com uma “elite” (termo assumido aqui do mesmo Certeau!) que se interpõe a leitor e texto, tratando de estabelecer leis que legitimam, como literais, apenas as interpretações que ela propõe ao referido texto. De toda forma, Ginzburg evidencia, com sua investigação, não apenas a possibilidade de se “estudar a leitura como uma atividade entre as pessoas simples de quatro séculos atrás” (DARNTON, 1995, p. 147), mas a tarefa de se identificarem os históricos e os cenários que conduzem potenciais leitores a seus objetos de escolha, os livros, e, em decorrência desses encontros, também a conflitos e morte, como ocorreu ao desventurado Menocchio.

Dificuldades e riscos no acesso à Bíblia

A questão tratada acima é, de longe, a mais importante das abordadas por Ginzburg em seu ensaio dentre as que tocam nosso tema. Mas há outras, identificadas e conduzidas de forma exemplar, capazes de inspirar abordagens similares em outros cenários e, principalmente, evidenciar os caminhos surpreendentes de uma obra como a Bíblia judaico-cristã fazer sua história e deixar rastros (ou tê-los apagados e/ou impedidos).

Entre vários livros que, de acordo com os autos, estiveram ao alcance de Menocchio, identificam-se “a Bíblia em língua vulgar, ‘a maior parte em letras vermelhas’ (trata-se de uma edição não-identificada)” e “*Il Fioretto della Bibbia* (tradução de uma crônica medieval catalã que misturava fontes diversas, entre as quais, além da Vulgata, naturalmente, [...] um respeitável número de Evangelhos apócrifos)” (GINZBURG, 1998, p. 82). E eventualmente até mesmo o Alcorão muçulmano terá feito sua aparição entre os volumes chegados à mão de Menocchio. Trata-se de um conjunto que não pode deixar de surpreender. Que história a Bíblia, com tão significativas companhias, terá podido fazer na mente e no mundo de Menocchio? E como tal história terá sido possível, sempre segundo Ginzburg?

Em primeiro lugar, cabe salientar as circunstâncias de limitado acesso aos livros em que um moleiro como Menocchio se encontrava; na verdade, não deixa de surpreender que alguém de sua condição social chegasse a desenvolver, naqueles tempos e paragens, tamanho contato com as letras impressas. O itinerário da Bíblia até chegar a suas mãos, e depois se lhes escapar, é interessante: seu tio a emprestou, ela foi depois parar nas mãos de outro primo, que lhe emprestava repetidas vezes. Mas, a certa altura, a mulher deste primo foi “buscar a tal Bíblia e a queimou num forno; ‘mas foi uma pena ter queimado aquele livro’ – exclamou Menocchio” (GINZBURG, 1998, p. 84).

A Bíblia, agora impressa, seguramente oferece um acesso muito mais livre; em seu conteúdo, ela

não é mais recebida somente na liturgia ou na pregação. Também não é mais exclusivamente transmitida pela autoridade do clero da Igreja [...]. Ela se torna sobretudo aquele “texto colocado na mesa” sob os olhos do leitor que pode não somente tomar conhecimento de seu conteúdo sem nenhuma interpretação doutrinal, de pregação ou de arte, mas que logo vai perceber as suas complexidades, isto é, para começar, as “contrariedades”, ou, dito de outro modo, as contradições, incoerências e inverossimilhanças. (GILBERT, 1995, p. 150)¹⁰.

Esse processo, no entanto, não é generalizado, nem se dá de maneira pacífica. No que é disponibilizado, o livro bíblico é visto como ainda mais perigoso, e o fogo que o consumiu entre os Scandella é sintomático. Tenha sido tal evento motivado pelo temor de uma “eventual revista do Santo Ofício”, como quer Ginzburg (1998, p. 86), ou pelo receio de que se constataste um percurso do livro por mãos indevidas¹¹, o certo é que a história da Bíblia, agora impressa, em ambientes quinhentistas europeus, especialmente aqueles marcados pelo espírito da Contrarreforma, precisa ser contada não apenas em termos de recepção, mas de seu escondimento e de tentativas de dificultar e mesmo engessar-lhe os pés.

Por outro lado, há que se considerar um descolamento entre o texto material da Bíblia, com sua circulação ainda muito restrita um século depois de inventada a imprensa, e enunciados e conteúdos que, oriundos dela, terão circulado e chegado a ouvidos e mentes, não de forma direta, mas por meio de outras fontes, mais próximas. Menocchio sabe da alegoria mateana do juízo final, com seu veemente apelo ao cuidado solidário de pobres e famintos (Mt 25.31-46), não por uma eventual leitura do texto que abre o Novo Testamento, mas, diz ele, “porque eu li na *Historia del giudicio*” (GINZBURG, 1998, p. 94)¹². Não é apenas aqui que vemos o enredo bíblico fazer história prescindindo da circulação do texto material, manuscrito ou impresso; pense-se, por exemplo, que, à mesma época do moleiro do Friuli, indígenas iletrados dos trópicos do sul já sabiam da Nova Jerusalém do Apocalipse, e com ela nomeavam a igreja de um aldeamento tupinambá construído em reação àquele estabelecido pelos jesuítas catequizadores do Recôncavo Baiano (cf. VAINFAS, 1999, p. 105-112)!

¹⁰ O autor, embora se refira especificamente ao século XVII, reconhece que no século anterior esse processo de “democratização” do acesso à Bíblia começava a fazer-se notar.

¹¹ Afinal de contas, nas décadas seguintes ao Concílio de Trento não foram poucos os esforços em evitar que nos lares católicos a Bíblia pudesse ser assim tão facilmente colocada à mesa, o que se manifestou em posicionamentos restritivos em relação ao “acesso aos textos sagrados e particularmente à sua tradução” (JULIA, 2002, p. 84).

¹² Este título refere-se a “um poeminha anônimo do século XV, em oitavas, que circulava em muitas versões, de tamanho variável” (p. 83).

Livro “adaptado pelos homens”

Nos autos inquisitoriais se recolhem opiniões de Menocchio a respeito deste livro que, estando em suas mãos da maneira tão precária como a que pudemos constatar acima, não deixou de lhe provocar impressões significativas, capazes de deixar corados críticos textuais (que já existiam naquele tempo!), bem como estudiosos mais recentes dedicados ao processo de redação dos evangelhos; por outro lado, elas o colocarão na arriscada companhia de outros, de variadas latitudes e longitudes, sensíveis àquilo que vimos Gilbert denominar “contrariedades” da Escritura; senão vejamos:

Acho [diz Menocchio, segundo o registro do escrivão inquisidor] que a Sagrada Escritura tenha sido dada por Deus, mas, em seguida, foi adaptada pelos homens. Bastariam só quatro palavras para a Sagrada Escritura, mas é como os livros de batalha, que vão crescendo (GINZBURG, 1998, p. 55).

Quanto aos evangelhos canônicos, sua avaliação parte das contradições que as respectivas narrativas permitem divisar quando submetidas à comparação: “a respeito das coisas dos Evangelhos, acho que parte delas é verdadeira e, noutra parte, os evangelistas colocaram coisas da cabeça deles, como se pode ver nas passagens onde um conta de um modo e outro de outro”. Assim, “a Sagrada Escritura fora inventada para enganar os homens” (GINZBURG, 1998, p. 55).

Estas palavras são as de alguém que terá podido, de alguma forma, cotejar passagens paralelas dos evangelhos e compará-las. Mas poderíamos nos perguntar sobre se o ambiente em que Menocchio viveu não favoreceria constatações e conclusões desse teor. Teria sabido Menocchio que o papa Clemente VIII, que se envolveria pessoalmente para lhe alcançar a morte, teria, no início de seu pontificado, sido envolvido em procedimentos destinados a impedir que viesse a público uma edição da Bíblia, oficial para os católicos, cujo texto resultava também de interferências diretas de seu antecessor?¹³ Mais ainda: seu provável contato com o Alcorão muçulmano o terá colocado em contato com as conhecidas acusações encontradas neste livro concernentes à integridade textual da Torá judaica e da Bíblia cristã?

De toda forma, não será surpresa encontrar, na “biblioteca mental” do interrogado Menocchio e em suas elaborações teológicas, que os evangelhos canônicos apareçam na companhia daqueles que costumam ser chamados apó-

¹³ Para uma rápida notícia a respeito deste incidente, em que o papa Sixto V invoca sua particular assistência pelo Espírito Santo para resolver questões de crítica textual bíblica, ver José Ignacio González Faus (1998, p. 97-102). Para mais detalhes, Guy Bedouelle (1989, p. 350-355).

crifos. Obras humanas em seu conjunto (“a própria noção de apócrifo caía por terra”, constata Ginzburg [1998, p. 94]), nos tempos que estamos considerando elas tendem a impactar cada vez mais os contextos e as sensibilidades, na medida em que se difundem incontrolavelmente. De toda forma, Menocchio terá sido, em seu tempo, dos poucos que não reconheceriam na Bíblia, incontestavelmente e sem reservas, uma obra divina¹⁴. Não demorará muito para que se encontrem companheiros ainda mais radicais nessa avaliação¹⁵, decisiva para tantos dos rastros que a Bíblia começará a deixar nos séculos seguintes.

Para além (ou antes) do texto escrito e impresso

Não é nossa intenção proceder a uma avaliação crítica da totalidade do trabalho que, sobre o processo contra Menocchio, realizou Ginzburg, ou considerá-lo em todas as suas facetas; nosso propósito é bem mais modesto. De toda forma, ao expressar seus anseios quanto à religião e à Igreja Católica, na qual dizia pretender permanecer, a despeito de todas as críticas que lhe dirigia, Menocchio não terá deixado de apelar a referências dos mesmos evangelhos que entendeu serem obras humanas, e elaboradas para fins pouco recomendáveis: “gostaria que se acreditasse na majestade de Deus, que fôssemos homens de bem e que se fizesse como Jesus Cristo recomendou, respondendo àqueles judeus que lhe perguntaram que lei se deveria seguir. Ele respondeu: ‘Amar a Deus e ao próximo’” (GINZBURG, 1998, p. 52). Ponderações desse teor, que encontramos com semelhança em tantas páginas de *O queijo e os vermes*, podem fazer repensar algumas das conclusões a que Ginzburg chega na hora de tentar caracterizar o perfil religioso de Menocchio, mas principalmente fazer pensar como a história que a Bíblia vai fazendo num cenário turbulento como esse, no qual Menocchio viveu e acabou por ser morto, assim como em outros, nem de longe é retilínea: é dela, quase por inteiro, destituída de seu *status* divino (ao menos como este era entendido em termos ortodoxos), que emerge, no entender de nosso moleiro, o fundamento básico para uma convivência entre os humanos, ao mesmo tempo livre de hierarquias e preceitos eclesiásticos e pródiga em sentimentos de fraternidade, em vistas a “um mundo novo e um novo modo de viver” (GINZBURG, 1998, p. 57).

Caminhos revolucionários da Bíblia na Inglaterra do seiscentos

Já o caminho proposto por Christopher Hill em uma de suas obras-primas vai diretamente a nosso tema, e oferece um volume imenso de

¹⁴ Ao contrário do que quer Pierre Gilbert (1995, p. 150).

¹⁵ Veja o capítulo “Samuel Fisher e a Bíblia”, do trabalho já citado de Christopher Hill (2001, p. 252-260).

informações sobre como a Bíblia judaico-cristã terá incidido na vida inglesa do século XVII, em suas mais variadas dimensões: “A Bíblia teve um papel central em toda a vida da sociedade [daquele tempo e lugar]; nós nos arriscamos ao ignorá-la” (HILL, 2003, p. 24)¹⁶. Não estamos, portanto, no terreno da micro-história (campo em que o trabalho de Ginzburg acima abordado é exemplar), mas naquele da história social, considerada de forma original (e mesmo surpreendente se se considera o marxismo de fundo que sustenta o olhar de Hill). Temos então a possibilidade, ao folhearmos as mais de seiscentas páginas do livro em questão, de verificar em quais meandros e circunstâncias, alguns deles de todo inesperados, a Bíblia foi fazendo sua história¹⁷. Afinal de contas, é preciso não esquecer que estamos em um tempo em que, para fazer eco a uma famosa expressão de Marx, Locke ainda não havia suplantado Habacuc (mas não deixemos de notar que, seguramente, hoje em dia há mais gente que terá ouvido falar do profeta hebreu que do pensador burguês; basta ir aos recantos onde o povo está...)¹⁸.

A Bíblia, a língua e a nação

Um dos pontos que Hill destaca já no início de seu trabalho refere-se aos efeitos da Bíblia “na formação do nacionalismo inglês e na afirmação

¹⁶ Ao final do livro seu autor reconhecerá ter-se concentrado sobre o Antigo Testamento, “quase exclusivamente” (com exceção do Apocalipse); segundo ele, esse “foi o caminho que o material que recolhi pareceu apontar-me” (p. 602). Não é o que a leitura do volume nos sugere.

¹⁷ Será principalmente o capítulo de abertura do livro, “Uma cultura bíblica”, que aqui merecerá nossa maior atenção. Mencione-se aqui o trabalho de Rodrigo S. Braicovich, “La revolución puritana de las escrituras” (2006, n. 9, p. 1-30), que nomeia as seguintes perguntas a que procura respostas: “O que revolucionários e restauradores, moderados e radicais, acreditavam realizar ao apelar individualmente às Escrituras como apoio e fundamento último de sua ação? Que devemos entender – retrospectivamente e em condições de julgar as instâncias singulares no marco de processos de longa duração e conformação – ao enfrentar esta multiplicidade de leituras de um mesmo texto? E por último: qual o leque de possibilidades que se abre ante a insistência de reler o *maelstrom* [turbilhão] da revolução à luz dos textos bíblicos?” (p. 3). Os trabalhos de Hill, que Braicovich conhece e com os quais dialoga, seguramente impuseram estas e outras perguntas ao período e ao processo por ele estudado de forma tão exaustiva. Veja ainda: Fabián Bustamante Olguín. “Revolución y religión para la construcción de un mundo al revés. La obra historiográfica de Christopher Hill”. *Nuevas Dimensiones*, Santiago, 2010. n. 1. Disponível em: http://www.nuevasdimensiones.org/revista/01.Revolucion_y_religion_Cristopher_Hill.pdf. Acesso em: 30 ago. 2011.

¹⁸ Não se deixe de notar, por outro lado, que Hill se mostra pouco à vontade ou familiarizado com esse livro cuja presença impactante ele trata de mostrar (e o faz brilhantemente) em seu trabalho. Baste citar a confusão que estabelece entre dois reis de Israel de mesmo nome, Jeroboão, separados por quase dois séculos, como se fossem a mesma pessoa (HILL, 2003, p. 149-150).

da supremacia da língua inglesa” (HILL, 2003, p. 28) num cenário em que, nos séculos finais da Idade Média, predominava o francês. Se, como vimos, no mundo católico, desejoso de rumar nos trilhos medievais, a Bíblia devia permanecer em latim, de acesso restrito quase exclusivamente aos clérigos e confinada nas bibliotecas dos mosteiros, no mundo marcado pela Reforma (ao menos nos primórdios desta¹⁹) ela se tornou virtualmente acessível a todos os leigos alfabetizados, que dispuseram, num período de menos de um século, de várias versões inglesas. A despeito dos esforços de tradução subjacentes ao que se costumou chamar “Bíblia de Wicliffe”, de fins do século XIV²⁰, Guy Bedouelle reconhece em William Tyndale o efetivo “batizador da Bíblia em inglês”, por seu trabalho iniciado perto de 1525 e que não chegou a ser encerrado, já que Henrique VIII mandou executá-lo em 1536. Tyndale inaugura um processo que vai culminar com a publicação, em 1610, da conhecida *King James Version*, passando pela publicação da chamada *Bíblia de Genebra* (1560), entre outras (BEDOUELLE, 1989, p. 369-383)²¹. Assim, a Bíblia podia, ou deveria, ser “o fundamento de todos os aspectos da cultura inglesa” (HILL, 2003, p. 28). E se o complicado processo revolucionário inglês desenvolvido ao longo do século XVII, que tem em Hill seu mais abalizado intérprete contemporâneo, foi decisivo na consolidação da identidade inglesa, e da imagem que seu povo faz de si e de seu passado, é o mesmo Hill que salienta: “a Bíblia em inglês foi o livro ao qual naturalmente [os agentes daqueles tempos] voltaram-se em busca de orientação” (HILL, 2003, p. 29).

A Bíblia nas cervejarias

Talvez com mais intensidade que Ginzburg, Hill exorta a que não se superdimensionem, nesse cenário, a importância da imprensa, como se o território e a população da Inglaterra fossem, até seu invento, completamente imunes ao impacto da Bíblia e ao enredo que por suas páginas se desenvolve. O que não significa dizer que a impressão do livro sagrado tenha sido de pouca relevância. O que Hill busca destacar é que a presença determinante do enunciado bíblico precede, ao mesmo tempo em que vai além, a disseminação do objeto que o registra em letras.

¹⁹ Como bem mostra Jean-François Gilmont, não demorará muito e os reformadores (Lutero à frente!) começarão a manifestar seu desagrado e incômodo ao verem a Bíblia circulando pelas diversas mãos, de pessoas (eventualmente) cada vez mais desatentas, por isso mesmo, e até refratárias ao catecismo e à pregação (GILMONT, 2002, p. 47-77).

²⁰ Para rápida notícia a respeito, ver Stephen M. Miller & Robert V. Huber (2006, p. 154-155).

²¹ Outros “que se envolveram no trabalho perigoso de traduzir a Bíblia no início do século XVI tornaram-se mártires” (HILL, 2003, p. 31). Hill oferece curiosas observações (não sem algumas imprecisões) sobre as disputas em torno das traduções inglesas da Bíblia em circulação naqueles vivos e conturbados tempos (p. 89-99).

Isto posto, podemos aquilatar a densidade da queixa de Henrique VIII ao Parlamento em 1546, dando conta de que a Bíblia estava sendo “disputada, versejada, cantada e tocada em todas as tabernas e cervejarias” (HILL, 2003, p. 36). Se os eventos deplorados pelo rei seguramente não se terão desenvolvido apenas a partir da impressão do livro, certamente esta última terá representado um incremento decisivo para a consolidação do que Hill denomina “uma cultura bíblica” na Inglaterra daqueles tempos. Efetivamente havia a sensação de que a leitura da Bíblia, feita muitas vezes em espaços e circunstâncias inusitados, reunindo grupos maiores ou menores, estava produzindo consequências que já não era possível controlar: particularmente incomodava que mulheres se pusessem a pretender ensinar as Escrituras, e que serviçais tanto as mencionassem quanto perdessem o respeito por seus superiores²². Num percurso que muitos costumam reconhecer exclusivamente no universo católico pós-tridentino, não foram poucas as iniciativas destinadas a impedir que pessoas tidas por desqualificadas tivessem acesso à Bíblia, e implantar sistemas de permissões para sua leitura não deixou de ser tentado²³. Uma das formas de buscar coibir essas práticas leigas de contato direto com o texto sagrado foi o incremento no número de pregadores, no empenho de garantir que pelo menos um clérigo em cada paróquia tivesse condições de ensinar as Escrituras e dirimir suas dificuldades interpretativas. O que esses atentos guardiães da Bíblia constataram, no entanto, foi que edições baratas dela não paravam de se espalhar (boa parte delas contrabandeada da Holanda!), e junto com elas textos apócrifos também ganhavam significativa difusão. No momento mais agudo do processo revolucionário (década de 40 do século XVII) se constatava que o processo de difusão da Bíblia entre os segmentos mais simples da população era irreversível.

²² O duque de Newcastle, que chegaria a ser primeiro-ministro em meados do século XVIII, constatará, desolado, que “a Bíblia em inglês sob os braços de tecelões e camareiros causou muitos danos” (apud HILL, 2003, p. 79).

²³ Após várias pressões, Henrique VIII cede e permite a impressão da Bíblia em inglês, com restrições importantes quanto a quem poderia possuí-la e tomar contato direto com seu conteúdo: “os nobres e fidalgos podem não somente ler, mas também mandar ler a Escritura em inglês em voz alta, para eles e para todos que abrigam em seu teto. [...] Na outra ponta da escala, a leitura da Bíblia em inglês é totalmente proibida às ‘mulheres, artesãos, aprendizes e ajudantes, a serviço de pessoas de um nível igual ou inferior ao dos pequenos proprietários, agricultores e trabalhadores braçais’. [...] Aqueles que se situam entre essas duas categorias – na realidade os burgueses –, assim como as mulheres nobres, ‘só podem ler para si próprios e para ninguém mais qualquer texto da Bíblia e do Novo Testamento’” (GILMONT, 2002, p. 55. Infelizmente o autor não precisa de onde retirou as citações internas a seu texto).

As ciências, a política, a ética

Outros ambientes vieram a sentir com mais intensidade a presença do livro bíblico, disponibilizado em tantas edições; ele efetivamente “foi fundamental para toda a vida intelectual e moral dos séculos XVI e XVII” ingleses (HILL, 2003, p. 41). As narrativas sobre os reis de Jerusalém, Davi e Ezequias, Atalia e Amasias, pautaram discussões calorosas sobre os termos das relações entre Igreja e Estado. Egito e Babilônia povoavam discursos alusivos a inimigos políticos e religiosos²⁴. Leituras alegóricas de passagens da Escritura marcaram especulações de gente como Isaac Newton e John Milton. E isso porque a Bíblia é sempre atual, e diz, mesmo que em forma enigmática, do que está ocorrendo e do sentido a ser dado aos eventos e às decisões a serem tomadas. Para nos darmos conta do fenômeno que significou a difusão do texto bíblico em terras inglesas, incrementada por suas várias traduções e edições naqueles agitados tempos, basta recordarmos Hobbes, com as inúmeras páginas de seu *Leviatã* consagradas à crítica literária das Escrituras (antecipando-se em algumas décadas a Spinoza e a seu *Tratado teológico-político*, em que são lançadas as bases do método histórico-crítico) e à proposição de sentidos radicalmente diversos dos habitualmente acolhidos então.

A produção literária destes tempos não deixou de ecoar essa disseminação do enredo bíblico nos mais variados campos²⁵. John Milton não deve ser recordado aqui apenas por seu *Paraíso perdido*, assim como Shakespeare não deve aqui ser avaliado só pelas alusões explícitas à Bíblia que se encontram em suas obras²⁶. Também seus escritos de teor mais especificamente político deixam transparecer a convicção de que na Bíblia “toda a sabedoria se encontra” (apud HILL, 2003, p. 42). Os panfletos e manifestos dos setores radicais envolvidos no processo revolucionário eram teimosos e ousadamente bíblicos em seu teor. Parafraseando o próprio Hill, é inevitável reconhecer que, por mais radicais que fossem tais grupos, por mais heréticas que fossem suas teologias e leituras da Bíblia, a sua rota de fuga à teologia e à Bíblia continuava a ser teológica e bíblica (HILL, 2001, p. 186)²⁷.

²⁴ “O Egito é um lugar do qual se deve fugir e para onde nunca se deve voltar. A Babilônia representa mais do que um simples lugar: ela encarna toda a influência maléfica, todos os administradores corruptos e os prelados” (HILL, 2003, p. 178).

²⁵ Hill nos oferece brilhantes capítulos a esse propósito, ressaltando principalmente a influência de alguns livros bíblicos (Salmos, Cântico dos cânticos) e abordando autores como Milton, Bunyan e Marvell (HILL, 2003, p. 465-537).

²⁶ Um inventário bem sumário pode ser lido em María Enriqueta González Padilla: “La Biblia y Shakespeare”. *Anuario de Letras Modernas*, México, v. 10, p. 23-31, 2000-2001.

²⁷ A leitura desse livro é obrigatória para o conhecimento dos movimentos desses setores radicais, sujeitos de uma revolução “que nunca chegou a se concretizar, embora de tempos em tempos ameaçasse acontecer” (p. 32).

E o que dizer das investigações científicas e os malabarismos produzidos por seus proponentes visando garantir que elas, com suas conclusões, não contradiziam as Escrituras? Como não ficar admirado diante de Edward Wright, que se antecipa em pelo menos dois séculos e meio aos críticos dos gêneros literários bíblicos, ao sugerir que “não parece que Moisés ou os profetas tenham tido a intenção de proclamar distinções físicas ou matemáticas; o que fizeram foi, antes, adaptar-se à compreensão do povo comum e ao estilo da linguagem”? (apud HILL, 2003, p. 43). E com isso se poderia sustentar a compatibilidade entre o sistema copernicano e as descrições cosmológicas da Escritura... Especulações no campo da física e da astronomia, da química e da alquimia, sem contar a medicina e a história, não se desenvolviam sem que se buscasse mostrar alguma articulação com textos bíblicos. Até a astrologia alguém tentou sustentar que tinha bases na Escritura: esta “confirma que eles [os planetas] têm esse poder [sobre nós e nossos corpos]”²⁸! Hill pode concluir, sem receios: “A Bíblia torna-se, então, o centro das artes, das ciências e da literatura”, mas também “estava presente em todas as falas cotidianas” (HILL, 2003, p. 51-52), inclusive naquelas de quem “gostava de citar a Bíblia contra os devotos” (ibid., p. 53). E o objeto bíblico era de tão particular veneração que não surpreendeu nem a ação da rainha Elizabeth, que garantiu carregar junto a seu peito um exemplar da Bíblia, nem a constatação de que na Guerra Civil dos anos 1640 muitos deixaram de morrer porque as balas batiam nas Bíblias de bolso que carregavam consigo (ibid., p. 52).

Ao fazer-nos notar a capilaridade da Bíblia na Inglaterra dos séculos XVI e XVII, Hill alerta para equívocos e anacronismos interpretativos que precisam ser evitados, particularmente aquele de considerar que o alcance da Escritura deveria ser entendido em termos “religiosos” ou buscado apenas nos territórios e ambientes que hoje seriam qualificados como tais. É necessário considerar o cenário aqui abordado à luz de como se davam as coisas antes do que já foi chamado de privatização do religioso, e não cair na tendência de atribuir a este a função de disfarçar interesses que seriam de outra ordem: para a maioria das pessoas da Inglaterra daqueles tempos efetivamente a Bíblia “era a fonte de quase todas as idéias; ela fornecia o idioma no qual homens e mulheres conduziam todas as discussões” (ibid., p. 55).

Múltiplas possibilidades

Poderíamos prosseguir estimulados pela penetrante abordagem de Hill, que domina como ninguém os meandros da vida social e cultural dos diversos setores envolvidos no processo revolucionário inglês do século XVII.

²⁸ George Wither, poeta, citado por Christopher Hill (2003, p. 45).

Mas podemos nos encaminhar a uma síntese, contando com a esclarecedora avaliação de conjunto que o autor propõe:

No século XVII a Bíblia era um elemento central tanto na vida intelectual como na emocional [inglesa]. [...] Homens e mulheres usaram o idioma bíblico e as histórias bíblicas para a discussão de questões religiosas, políticas, morais e sociais [...]. A Bíblia em língua inglesa ajudou homens e mulheres a pensarem sobre sua sociedade, a criticarem suas instituições, a questionarem alguns de seus valores. (HILL, 2003, p. 599-600).

O reconhecimento de como as versões inglesas da Bíblia surgidas no século XVI e início do XVII “transformaram as formas de pensamento dos ingleses assim como a própria língua inglesa” chega a ser tocante:

Tomemos em consideração o Cântico dos Cânticos nos conduzindo tanto ao milenarismo como ao deserto. Os símbolos interligados do deserto, do jardim e da cerca relacionados com o crescimento das igrejas congregacionais assim como ao da agricultura, e através de ambas as conexões levando-nos ao outro lado do Atlântico, onde o anticatolicismo também está presente. Caim e Abel, Esaú e Jacó nos ajudam a entender as controvérsias teológicas relativas à predestinação e ao livre-arbítrio, e lançam certa luz sobre as idéias políticas dos *levellers* e *diggers* [...]. O milênio fracassou de forma decepcionante; contudo, o milenarismo secularizado nos diz muito quanto à necessidade de reformas sociais e o milenarismo secularizado ajudou a Bretanha a tornar-se um império mundial. O conceito bíblico de idolatria foi colocado a serviço da política contra Carlos I e, no final, a própria Bíblia foi condenada como ídolo. Os Salmos trouxeram à tona questões relativas à política e aos gêneros literários, assim como à teologia. Eles nos levaram a Milton, assim como os jardins nos levaram a Marvell e à poesia metafórica. A Bíblia relaciona Hakewill com Samuel Fisher e Spinoza, a batalha dos livros com a batalha sobre o Livro. (HILL, 2003, p. 599-600).

Ao final, uma avaliação que deve ser repensada, se não quanto à Inglaterra dos tempos seguintes (sobre o que não temos condições de nos pronunciar), em relação a outros cenários e tempos: a de que a história contada nesse livro foi também a história do início do declínio da Bíblia em seu impacto na vida social. Basta-nos recordar, para ficarmos num único campo (o da música), a relevância que alcançaram os oratórios de Händel, quase todos com enredos de matriz bíblica, na primeira metade do século seguinte,

época em que o compositor viveu na Inglaterra, e nos tempos posteriores²⁹. Esse exemplo deverá pelo menos obrigar a que se questione a propósito dos termos desse eventual declínio a que Hill se refere.

Conclusão

Falar da recepção da Bíblia não é pensar apenas em processos de intertextualidade, nem se fixar em percursos de ordem literária ou ideológica (no sentido mais estrito do termo), muito menos em disputas; implica considerar (e mesmo detectar) as facetas múltiplas de sua presença na teia da cultura e das tramas sociais. Ginzburg, em perspectiva micro-histórica, brindou-nos com um mergulho no impacto da Bíblia, agora impressa, na vida, no universo vital de um desconhecido moleiro, cuja *7*saga só se nos tornou acessível graças ao conjunto de autos de um processo inquisitorial que, ao cabo, haveria de executá-lo. Hill, movido por suas preocupações com as articulações mais gerais e complexas do todo social inglês, ofereceu-nos lances diversos de múltiplas cenas, de ambientes mesmo inusitados, em que a Bíblia apareceu, sorradeira ou não, incidindo no pensamento, nas tomadas de decisão de (praticamente) todos os setores da sociedade, e, em geral, com resultados os mais inusitados e contraditórios. Em ambos os casos, mas de modo explícito em Hill, constata-se a vitalidade e a força com que a Bíblia veio incidindo em processos sociais de maneiras inusitadas, surpreendentes e contraditórias, nos mais variados campos e cenários, na vida de múltiplos sujeitos. Os séculos considerados aqui, situados entre o processo das Reformas Protestantes e aquele tempo em que, segundo Marx, Locke teria suplantado Habacuc, apresentam-se como tempos privilegiados, marcados por tantas continuidades e rupturas em relação ao passado, hoje denominado medieval, que a investigação vê-se estimulada (ao mesmo tempo em que é desafiada) a se colocar a pergunta que motivou o presente ensaio. E nem visitamos outros cenários, capazes de descortinar panoramas diversos daqueles que descobrimos nas linhas acima. O que dizer dos impactos da Bíblia católica num Antonio Vieira, habitante de mundos tão díspares como Brasil, Portugal e Itália, envolvido tanto com intrigas palacianas em Lisboa e sonhos utópicos para o trono dos Bragança como com o cativo de negros escravizados nas senzalas e sonhadores da liberdade em Palmares, e ainda com projetos missionários na Amazônia e outros recantos?

²⁹ Permitimo-nos aqui remeter a texto de nossa autoria (VASCONCELLOS, 2011, p. 154-173).

Referências

- BEDOUELLE, G. La Bible anglaise. In: BEDOUELLE, G; ROUSSEL, B. (Eds.). **Le temps des Reformes et la Bible**. Paris: Beauchesne, 1989.
- BEDOUELLE, G. La reforme catholique. In: BEDOUELLE, G; ROUSSEL, B. (Eds.). **Le temps des Reformes et la Bible**. Paris: Beauchesne, 1989.
- BRAICOVICH, R. S. La revolución puritana de las escrituras. *Procesos Históricos*. Mérida, n. 9, p. 1-30, 2006.
- BURKE, P. **As fortunas d'O cortesão**: a recepção europeia a *O cortesão* de Castiglione. São Paulo: Unesp, 1997.
- BURKE, P. Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano. 1**. Artes de fazer. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa/ Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, R. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, L. (Org.). **A nova história cultural**. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- FAUS, J. I. G. A autoridade da verdade: momentos obscuros do magistério eclesiástico. São Paulo: Loyola, 1998.
- GADAMER, H.-G. Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GILBERT, P. Pequena história da exegese bíblica. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GILMONT, J.-F. Reformas protestantes e leitura. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R (Orgs) História da leitura no mundo ocidental. São Paulo: Ática, 2002. p. 47-77.
- GUINZBURG, C. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HILL, C. A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HILL, C. O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- JULIA, D. Leituras e Contra-reforma. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R (Orgs). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 2002.
- MILLER, S. M.; HUBER, R. V. **A Bíblia e sua história**: o surgimento e o impacto da Bíblia. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006.
- OLGUIN, F. B. Revolución y religión para la construcción de un mundo al revés. La obra historiográfica de Christopher Hill. **Nuevas Dimensiones**, Santiago, n.1, 2010. Disponível em: http://www.nuevasdimensiones.org/revista/01.Revolucion_y_religion_Cristopher_Hill.pdf. Acesso em: 30 ago. 2011.
- PADILLA, M. E. G. La Biblia y Shakespeare. *Anuario de Letras Modernas*. México, v. 10, p. 23-31, 2000-2001.

THEISSEN, G. **Sociologia da cristandade primitiva**. São Leopoldo: Sinodal, 1987.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6 ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

VAINFAS, R.. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VASCONCELLOS, P. L. Händel X Spinoza: ‘O messias’ entre leituras e interpretações conflitantes de textos bíblicos”. In: Mariani, C. B.; Vilhena, M. A. (Orgs). **Teologia e arte: expressões de transcendência, caminhos de renovação**. São Paulo: Paulinas, 2011, p.154-173.

VOLKMANN, M.; DOBBERAHN, E.; CESAR, E. É. B. **Método histórico-crítico**. São Paulo: CEDI, 1992.

Submetido em: 18/5/2012

Aceito em: 23/7/2012